

JORNAL DA  
**ASSUEL**  
[www.assuel.com.br](http://www.assuel.com.br)



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS TÉCNICOS - ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA



## ASSUEL exige que perícias médicas sejam realizadas em Londrina

**Servidores criticam a realização de perícias médicas em Curitiba; despesas com viagem, estadia e alimentação são as principais queixas**

A perícias médicas feitas em Curitiba causaram muitas inconveniências aos servidores da Assuel, no dia 24 de setembro. A previsão foi feita pela assessoria de servidores que juntaram-se ao deputado José Cunha para a reunião, mesmo passando horas para os servidores se queixarem que precisavam arcar com despesas de hospedagem, alimentação e transporte, além de ter o dia de trabalho descontado.

A Assuel, reiterativa que as perícias sejam realizadas em Londrina ou, caso o deslocamento seja necessário, que o atento sobre as despesas. No entanto, que o atento sobre as despesas. No entanto,

um grande número de servidores da Administração (DEAP) preferiu percorrer cerca de 400 km a pé para chegar ao local de exame. O presidente da entidade, Manoel Souza, garantiu que o governo não queria a perda de tempo com respeito às perícias, e Assuel denunciou a maior problemática no centro da cidade.

Curitiba despesava os servidores cerca de R\$10 mil reais por dia para trabalhar no Restaurante Universitário, mais de 300 reais a hora extra com diária mais comissão. Ele conta que sólida decisão que não a cada dia deve parar para fazer a pergunta: Por que...? "não uma despesa de mais de mil reais na viagem para a capital". Pg.

**"Os servidores se queixam que precisam arcar com despesas de hospedagem, alimentação e transporte, além de ter o dia de trabalho descontado"**

### Tiago Amaral não participa de debate organizado pelos sindicatos

Apesar de a dificuldade na agenda, o candidato a prefeito de Londrina, Tiago Amaral (PDT) foi o único político que não compareceu ao debate organizado pelo Conselho de Sindicatos de Londrina e Região realizado na manhã de dia 26 de setembro, no Instituto Federal do Paraná (IFPR). Participaram, entidades e comunidades de zona rural, os líderes presentes para acompanhar debates com mais de 2000 concorrentes à Prefeitura de Londrina.

Barbara Reis (PDT), Coronel Vila (PSDB), Diego Gómez (Repórteres); Ismael Dorne (PT); Professora Maria Ferreira (PP) e Toninho Ferreira (DEM) marcaram presença.

A Assuel, como faz parte do Conselho Sindical, compareceu no encontro dos candidatos. Para o presidente Manoel Souza, o debate serviu de alerta para os eleitores, reforçou o seu voto: "O objetivo do Conselho foi propor à classe trabalhadora conhecer os propostas, para que

professe avistar os candidatos.", disse Souza. Acredita que candidato é eleito. A presidente da deputado estadual e atual candidata à Prefeitura de Londrina, Tiago Amaral, foi criticada pela plateia e pelos sindicatos. "Fica evidente que ele não tem compromisso com a classe trabalhadora, com a proposta mais simples e mais defendendo outras interesses que não os de trabalhador em geral", disse o diretor de formação do Sindicato dos Bancários de Londrina, Laertio Porto Lira.



Gratificações de periculosidade

Pg. 2

Governo não cobra para elaborar tabela das agências de saúde

Pg. 3

Servidores da HU reclamam da exigência de uniformes

Pg. 4

## ASSUEL luta para proteger os direitos dos agentes de segurança

ASSUEL está montada contra uma mudança que atinge diretamente os Agentes de Segurança Interna da Universidade. A UEL, segundo entendimento do Departamento de Recursos Humanos do Gabinete do Reitor, pretende substituir o Gratificação de Periculosidade, atualmente paga a esses servidores, pelo Gratificação de Segurança Patrimonial (GSP).

**"Essa mudança representa um grande retrocesso para os servidores.**  
Mais que a gratificação de periculosidade, essa é uma periculosidade dimensionada, cresce proporcionalmente à progressão da carreira. Daí seja, conforme o agente avança, seu adicional de periculosidade também aumenta, garantindo que o funcionário acompanhe o desenvolvimento profissional e a valorização do servidor", afirma o assessor jurídico da ASSUEL, Maurício Toleto.

**Ofício** - A ASSUEL já se posicionou oficialmente sobre essa questão, encaminhando uma carta ao reitor da universidade, junto à UEL, contestando a supressão da gratificação de periculosidade. No documento, o

entidade argumenta que a criação de uma vantagem pessoal nomeadamente identificada (VPPN), para substituir a periculosidade representa uma perda para os servidores, pois essa VPPN só será resarcida com a correção da data-base, corrigindo o crescimento da gratificação ao longo da carreira.

**Retrospectiva** - Para o sindicato, essa alteração entrou momentaneamente no sistema no inicio prazo, mas que os servidores seguem desfrutando recompensas para suas atividades em suas funções, já que a natureza da periculosidade desafia de acompanhar a progressão profissional. "A ASSUEL considera essa medida um retrocesso e está agindo para evitar que ela seja implementada, garantindo que os direitos adquiridos pelos agentes de segurança sejam preservados", informa Toleto.

A entidade reforça seu argumento com a defesa dos direitos da categoria e pede que todos os servidores fiquem abertos aos desdobramentos dessa



**"A ASSUEL considera essa medida um retrocesso e está agindo para evitar que ela seja implementada, garantindo que os direitos adquiridos pelos agentes de segurança sejam preservados"**

medida. O presidente da ASSUEL, Maurício Toleto, reforça que, "é uma peça fundamental da gratificação de periculosidade é uma prioridade, e o sindicato obteve todas as ferramentas legais e administrativas disponíveis para barrar essa mudança prejudicial", disse Toleto.

## Mudança no adicional noturno prejudica servidores com jornadas mais pesadas

A administração da UEL, anuncia recentemente talvez a decisão de alterar o critério do adicional noturno para servidores em Regime de Trabalho em Turnos (RTT). A nova regra, que instituiu a hora noturna com 40 minutos, já estava prevista na Lei 20.010/2022, mas foi implementada apenas agora, após pressão do Estado para que a UEL realizasse a mudança. O que surpreende é o impacto negativo dessa decisão para trabalhadores que atuam em jornadas mais longas e exaustivas.

Desde a década de 1980 os servidores da UEL vinham recebendo o adicional noturno com base na hora reduzida de 12 minutos e 30 segundos, o que refletia de forma justa as condições de trabalho noturno. A mudança para uma hora de 40 minutos, especialmente para os trabalhadores do RTT, traz um resultado significativo no valor do adicional. Enquanto os servidores têm em regime de turnos combinado com a hora noturna reduzida, aqueles com as jornadas mais pesadas serão os mais prejudicados.

**Motiva injuria** - De acordo com o assessor jurídico do sindicato, Maurício Toleto, essa alteração não

**"Embora a UEL tenha autonomia, a universidade cedeu à pressão do Estado para implementar essa regra, sem buscar soluções que pudesse preservar os direitos dos trabalhadores."**



apenas desrespeita o trabalho dos servidores que trabalham em condições mais difíceis, mas também afeta a qualidade das relações profissionais, visto que o adicional noturno sendo pago da mesma forma há décadas. "Essa mudança feriu o princípio da igualdade salarial, uma vez que os trabalhadores têm o direito de manter as condições de remuneração que estiver sendo aplicadas da forma contínua e estável ao longo dos anos", informou Toleto.

Embora a UEL tenha autonomia, a universidade cedeu à pressão do Estado para implementar essa regra, sem buscar soluções que pudesse preservar os direitos dos trabalhadores. A ASSUEL considera essa medida injusta e está mobilizando a categoria para lutar para manutenção do adicional noturno com base na hora reduzida para todos os servidores, independentemente do regime de trabalho. "Adurecemos para reverter essa decisão, combinando com o apoio de todos os trabalhadores para pressionar a universidade e o Estado a revercerem a medida", declarou o assessor jurídico.

## Uso do ponto eletrônico tem de ser para todos



A administração da UEL anuncia que os servidores terão de utilizar o ponto eletrônico para controlar a frequência dos trabalhadores. O aparelho é uma ferramenta comum para controlar a presença de trabalhadores de empresas privadas, e é permitido por lei. Ele é utilizado em diversos órgãos públicos, como prefeituras, hospitais, postos de saúde, escolas e universidades.

O presidente da ASSUEL, Maurício Toleto avalia que o sistema não se aplica à empregada de ponto eletrônico, desde que seja para todos os servidores da universidade. "Entendemos que se for aplicado para os diversos setores, isso não deve ser obrigatório para os docentes, por ser tratá-lo como uma proposta de economia", destaca Toleto.

## Servidores do HU denunciam exigência de uniforme

A ASSUEL tem recebido várias reclamações de servidores do Hospital Universitário sobre a exigência do uniforme. De acordo com os trabalhadores, o comando de administração do hospital e que os servidores ussem uniformes, no entanto, nem todos têm condições de adquirir, por isso solicitaram a ajuda da entidade.

ASSUEL, por sua vez, consultou a assessoria jurídica da instituição sobre a reclamação dos servidores e foi informado que o empregador quem exige o uniforme é responsável por fornecer o produto, compreendendo disponibilizar o dinheiro para compra.



**"É de responsabilidade do empregador fornecer o uniforme diretamente, ou disponibilizar recursos financeiros específicos para a compra, quando exigir seu uso!"**

# ASSUEL insiste na correção da tabela dos agentes de apoio, mas governo se nega a atender o sindicato

A ASSUEL, por meio do Grupo de Trabalho dos Agentes de Apoio do Fórum das Entidades Sindicais (FTS), tem se reforçado para montar uma nova reunião com o governo para tratar da correção da tabela salarial dos agentes de apoio das universidades do Estado, mas o governo não se move e nega a sentar com os representantes da categoria.

Lamentando que em muito desse ano, o governo do Paraná promoveu uma nova tabela salarial para os agentes de apoio da Procuradoria Geral do Estado, no entanto só agora os maiores reajustes foram só anunciados. Entre os passos dados a reestruturação salarial para os agentes de apoio: proposta de uma carreira única para os agentes de apoio; reconhecimento da possibilidade de ajustes para governo estadual.

O presidente da ASSUEL, Nelson Souza, lembra que houve uma reunião com o secretário de Estado da Fazenda, Nivaldo Ortigara, três meses atrás, na qual foi afirmado que, caso ocorra o governo Ratinho Júnior (PRB), não haverá condições de pagar o dia-base da data-base referente a 2017, estimada em 12 bilhões de reais, havendo possibilidade de discutir a correção.

O pagamento também está sendo aguardado no STF (Supremo Tribunal Federal).

O STF não pagou essa questão, ficou aguardando para Novembro e tudo indica que o governo não terá que pagar esses 12 bilhões. A gente entende que há possibilidades de discutir a correção da tabela dos agentes de apoio e solicitar a revisão com o Ortigara, mas só até o momento não nos respondeu", relembra Souza, reafirmando que a ASSUEL continuará insistindo nessa pauta.

**"O STF não julgou esta questão. Ficar agora para novembro é tudo indica que o governo não terá que pagar esses 12 bilhões."**

**A gente entende que há possibilidade de discutir a correção da tabela dos agentes de apoio"**

Uma observação que Souza faz é quanto ao cálculo no cálculo da adicional noturno. O Sindicato aponta que houve mudanças na forma de cálculo, passando de 52 minutos a 60 segundos para 60 minutos, ou seja, o tempo necessário para realização passa a ser desproporcional. O tempo foi aumentado para atender à justiça, uma vez que a mudança representa uma penalização para os servidores.



## Perícias Médicas: Deslocamento para Curitiba adoece ainda mais o servidor

A ASSUEL, segue firme na defesa dos direitos dos servidores, enfrentando agora um grave problema relacionado às perícias médicas. Os servidores da UEL estão sendo obrigados a se deslocar em Curitiba para realizar perícias, muitas vezes em condições de saúde extremamente difíceis, sem apoio logístico e financeiro por parte do Estado.

**Dificuldade de deslocamento** - De acordo com a previsão administrativa feita pelo órgão da ASSUEL, o Estado do Paraná se enquadra na responsabilidade do gerente a responsável em todos os perícias em Curitiba, ou seja, não oferecer condições dignas para o deslocamento dos servidores. Entre os casos mais alarmantes, estão os de servidores em tratamento de doenças graves, como câncer, que são obrigados a enfrentar longas viagens de ônibus para comparecerem às perícias, sem qualquer remuneração das despesas de viagem e hospedagem.

**Angulado sobre os custos** - O Estado, por meio do Departamento de Pessoal Médica (DPM), confirmou que não há previsão legal para o pagamento de despesas com deslocamento e hospedagem, obrigando os servidores a arcar com suas custas. Além disso, servidores relatam que seu percurso no trajeto da maternidade a cada ilha fluminense é trabalho no dia inteiro para viagem, aumentando ainda mais o impacto negativo dessas políticas.

**Avanços são lentos** - A ASSUEL, tentando demonstrar que além das dificuldades de locomoção, muitos servidores têm resultado desfechos médica incalculáveis, como obstruções raro subentendidas e a negação da readaptação necessária. A falta de critério nas avaliações para inauguração para os servidores, que já enfrentam o desafio de lidar com problemas de saúde.

**Estado ignora os servidores** - O sindicato já realizou diversas tentativas de diálogo com a UEL, e com o Estado, buscando soluções para que os peritos passem a atuar exclusivamente em Londrina, ou as reuniões que os servidores seguir apresentam com os mesmos e o tempo necessário para o deslocamento. Até o momento, o Estado tem se mostrado intransigente,



Bonifica cerca de 100 mil de R\$ 100 mil reais de custo despesa

ignorando a reclamação oficial entretanto por aqueles que já estão voluntariamente devendo a problemática de saúde.

O presidente da ASSUEL, Nelson Souza, comprometeu-se a continuar lutando para que os servidores tenham um tratamento justo digno das perícias médicas. "Chamamos a atenção para alternativas para que o Estado assuma sua responsabilidade e ofereça melhores condições para os trabalhadores", declarou Souza.

**"É sofrido e injusto", declara servidora que faz perícia a cada dois anos"**

Há seis anos, a auxiliar operacional do Restaurante Universitário (RU), Janete Alves da Silva, faz diagnósticos com "negociações desencontradas", como dizem que causa desacordos dos diários entre os servidores, uma situação que causa muitas doenças nas mãos. Para isso motivo, ela não consegue conseguir passar suas férias muito tempo sem parar. Para receber o tratamento, ela precisa fazer perícia médica a cada dois anos e agendar-lhe a laudo no dia.

Segundo a servidora, a cada ano ela não consegue fazer passar malha.

"Passar por muitas transversais, e conseguir que meu marido parcer com dia de serviço para me levar de carro. Tivemos gestos com comunicação, despedida e homenagem em Curitiba, com isso fizemos que fosse aguentar na estrada", comentou Janete.

Ainda de acordo com a servidora, os gestos presentes de mal humor e negativismo fazem falta, no ambiente familiar. "O justo é não pagar as despesas para fazer os exames. Preciso sair com essas alegrias para a gente. O maior é voltar a ter as perícias aquí em Londrina", expôs Janete que trabalhou a 23 anos no RU.

**Confira abaixo, na íntegra, a resposta do SEBEC  
sobre a solicitação de informações da ASSUEL sobre a perícia médica.  
ANDAMENTO DAS NEGOCIAÇÕES**

Mesmo abordado previamente a solicitação ao SEBEC, assim como abordado a solicitação de reunião do SINDPROFOL/ASSUEL, reunião presencial entre que ocorreu no dia 10/09/2024, no gabinete da reitora, na presença do SEBEC e do PROFIH.

Já para a reunião do dia seguinte [11/09/2024], a reitora conseguiu uma reunião online com o SEAP, assinando o Protocolo nº 22-0000.000-1, de 03/09/2024, encaminhado pelo SEBEC, assim como os aditivos do ANESEL/SINDPROFOL, registrados no reunião presencial conjunta de 10/09/2024.

Esta reunião contou com o SEAP/Perícia Médica fez balanço assertivo, principalmente porque tanto a reitora, como o PROFIH e o SEBEC puderam fazer não só resumo dos principais problemas enfrentados pelas instituições com a obrigatoriedade de se deslocarem para Curitiba, mas também sugestões de novos procedimentos para os fluxos de atendimentos via Perícia Médica do Estado. Tudo isso com reitora no fluxo principal, servidora, em processo de renegociação de readaptação no cargo, poder realizar a perícia médica na cidade de seu domicílio-Londrina.

No dia seguinte [mais especificamente em 11/09/2024], SEBEC foi contatado por WhatsApp respeitante com a Perícia Médica em Curitiba e notou que as negociações avançaram bastante. Levaram em consideração baseado em nossos argumentos e solicitações [do SEBEC, da reitora e dos Servidores]. Autorizaram fazer a experiência de realizar Perícia Médica, apenas para procedimento de renegociação de readaptação [definição e provisória], deslocamento híbrido, sem o deslocamento para trabalhar para Curitiba. Ou seja, esta readaptação será provisória e permanentemente na terceirizada em Londrina, enquanto uma junta médica entre a Perícia de Curitiba (também via unidade via unidade na mesma ocasião). Esta experiência está em processo de negociação para ser concretizada ainda no mês presente, já com uma lista de servidores que procuram o atendimento do SEBEC. Trata-se de servidores que vieram para Curitiba neste período entre 23 e 28 de setembro de 2024. Já foram encaminhados pelo SEBEC para não comprometer as passagens para Curitiba e aguardarem nova disponibilidade para este atendimento híbrido em Londrina.

Mesmo que nessa experiência híbrida, ainda pela Perícia Médica, ainda não tenham sido nomeados, as reuniões das LICENÇAS, o SEBEC tem suas expectativas de negociação, a partir do processo de avaliação conjunta que se faz após todos procedimentos atinentes.

Com isto, a partir da alteração do fluxo dos processos de readaptação, o SEBEC que já tem como processo de trabalho acompanhar soluções institucionalizadas, intensificou sua atuação na mediação entre a Perícia Médica e suas demandantes da Universidade.

Vale ressaltar que, compreendendo os inúmeros critérios que se apresentam no deslocamento das servidores e por solicitação da classe trabalhadora em questão, foram realizadas diversas tentativas para justificar a readaptação perícias na clínica terceirizada em Londrina, segundo a necessidade de comparecimento à Curitiba.

Como se trata de uma grande massa, que engloba as terceirizadas institucionais do SEBEC, havia a necessidade de iniciar um diálogo com a gestão da universidade e com os servidores [professais-técnicos] Atuais bairros profissão, SEBEC e Sindicato, não têm muita solução para atender todos que atendem às demandas de bem-estar dessas servidores, especialmente em processos de adesão.

Sendo assim, para situações de readaptação [profissionais e defensivas] e para situações de licença, todas as encarregadas institucionais que entendemos serem relevantes no que trazem algum tipo de prejuízo ao deslocar dessas servidores (exemplo da vila olímpica para Curitiba) foram e continuam sendo apresentadas pelo SEBEC e pelo PROFIH, caso a caso, para a Perícia Médica. Estas seguem em discussão para serem supridas. Em resumo, estamos em pleno processo de negociação e estamos expectativas de novas atendentes para Perícia Médica do Estado neste momento.

Profa. Angela Maria da Souza Lima  
Diretora do SEBEC  
Em 23/09/2024/Perícia

## Administração pública lidera casos de assédio eleitoral em 2024

Ao menos 413 casos de assédio eleitoral foram denunciados ao MPF (Ministério Público de Fazenda) nas eleições deste ano. Dentro as denúncias feitas até o mês setembro cerca de 34% eram relacionadas a órgãos públicos e 60% a empresas privadas.

Foram registrados casos de prefeitos, secretários e ex-diretores de hospitais e escolas que utilizaram de sua influência para conseguir funcionários terceirizados ou nomeações e contratos de eventos, passagens aéreas, apos e pedidos explícitos para votar em determinado candidato. O número de denúncias é inferior ao da edição de 2022, quando 3.808 casos de assédio eleitoral foram denunciados em todo o país, de acordo com o documento político e eleitoral da União.

A tendência é que o número de denúncias cresça nos próximos dias, na medida em que o voto é apurado.

Até ao momento de 2023, há uma expectativa de diminuição no segundo turno, uma vez que na maioria das cidades os eleitores voltam apoiar outra vez.

No caso do governador-geral da Fazenda, José de Lima Ribeiro Pereira, os casos de assédio eleitoral se tornaram mais graves nas eleições deste ano. Se em 2022 havia uma explosão de violas de empregadores consagrados funcionários, hoje há uma denuncia maior em nível federal para contra si.

Haja, as denúncias são mais individuais, mas também coletivas, entre os funcionários, como grupos de mensagens em grupo ou círculos mais estreos de participação em eventos. Recorrência denúncias de réplicas que já substituem esses funcionários por conta da necessidade de votar para a eleição de 2024, afirma o procurador Fábio Faria de São Paulo.



### EXPEDIENTE

**Jornal da  
ASSUEL é de  
responsabilidade  
do Sindicato  
dos Servidores  
Técnico-  
Administrativo da  
UEI - ASSUEL**



Telefone: (41) 3225-3144 - e-mail:  
assuel.sindicato@gmail.com - site: [www.assuel.com.br](http://www.assuel.com.br) - Facebook: <https://www.facebook.com/Assuel/>

**Jornalista Responsável:** Eliu Caldera  
**Edição:** Armando Chauta  
**Impressão:** 500 exemplares. Impressora: Gráfipress.  
**Distribuição:** gratuita



### FICHA DE FILIAÇÃO

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_